

**Peculiaridades da agricultura familiar no Estado do Amazonas: considerações com base
no Censo Agropecuário de 2017**

**Peculiarities of family farming in the State of Amazonas: considerations based on the
2017 Census of Agriculture**

**Peculiaridades de la agricultura familiar en el Estado de Amazonas: consideraciones
basadas en el Censo Agropecuario 2017**

Recebido: 10/12/2020 | Revisado: 18/12/2020 | Aceito: 21/12/2020 | Publicado: 26/12/2020

Rúbia Silene Alegre Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6786-9948>

Centro Universitário do Norte, Brasil

E-mail: rubia.alegre.ferreira@gmail.com

Rute Holanda Lopes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2642-4357>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: rutehlopes@hotmail.com

Marklea da Cunha Ferst

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4399-8870>

Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

E-mail: mferst@uea.edu.br

Quézia Correa de Oliveira Sampaio

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9248-334X>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: queziapretty@hotmail.com

Sanara Macedo Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6799-8704>

Centro Universitário do Norte, Brasil

E-mail: sanaranara@hotmail.com

Sabrina de Oliveira Marques

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7062-6517>

Faculdade Martha Falcão, Brasil

E-mail: ipsi.sabrina@gmail.com

Sávio Agostinho Andrade de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4687-5200>

Faculdade Metropolitana de Manaus, Brasil

E-mail: savio.a.andrade@gmail.com

Rosimeiry Souza da Cruz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2062-9095>

Secretaria Municipal de Educação de Manaus, Brasil

E-mail: rosimeirydacruz@gmail.com

Resumo

O objetivo do presente estudo consiste em apresentar a faixa etária dos agricultores familiares do Amazonas, bem como a participação por gênero com base no Censo Agropecuário de 2017. Constitui-se um desafio fazer abordagens a respeito da agricultura familiar, e bem mais detidamente desafiante é fazer este exercício a respeito da agricultura familiar amazonense. Visto que um dos principais motivadores das mobilizações de ocupações de terras tem sido o de prover alimento, focar nesta vertente de “quem” está nos bastidores desta produtividade, é algo relevante. Os dados obtidos para a discussão são extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Faz-se uma ligeira apresentação da teoria que cobre a temática, bem como das questões pertinentes ao estado do Amazonas e de seu desempenho na agricultura familiar. Os resultados mostram que o estado tem apresentado desempenho significativo. Mostram que o grupo de idade com maior participação na atividade é o de agricultores com 45 a 55 anos e de 55 a 65 anos, mas que a força jovem está presente na atividade. Revelam ainda que embora no campo, as áreas rurais sejam eminentemente masculinas, há significativa participação feminina nesta temática.

Palavras-chave: Idade; Gênero; Agricultura familiar; Amazonas.

Abstract

The objective of this study is to present the age group of family farmers in Amazonas, as well as participation by gender based on the 2017 Census of Agriculture. It is a challenge to make approaches regarding family farming, and much more challenging is do this exercise regarding Amazonian family farming. Since one of the main motivators of land occupation mobilizations has been to provide food, focusing on this aspect of “who” is behind the scenes of this productivity, is something relevant. The data obtained for the discussion are extracted from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). There is also a brief

presentation of the theory that covers the theme, as well as the issues pertinent to the state of Amazonas and its performance in family farming. The results show that the state has shown significant performance. They show that the age group with the greatest participation in the activity is that of farmers between 45 and 55 years old and between 55 and 65 years old, but that young strength is present in this field. They also reveal that although the countryside, rural areas are predominantly male, there is significant female participation in this thematic.

Keywords: Age; Genre; Family farming; Amazonas.

Resumen

El objetivo de este estudio es presentar el grupo de edad de los agricultores familiares en Amazonas, así como la participación por género con base en el Censo Agropecuario 2017. Es un desafío hacer enfoques sobre la agricultura familiar, y mucho más desafiante es hacer este ejercicio sobre la agricultura familiar amazónica. Dado que uno de los principales motivadores de las movilizaciones de ocupación de tierras ha sido la provisión de alimentos, enfocarse en este aspecto de “quién” está detrás de la escena de esta productividad, es algo relevante. Los datos obtenidos para la discusión son extraídos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). También se hace una breve presentación de la teoría que cubre el tema, así como los temas pertinentes al estado de Amazonas y su desempeño en la agricultura familiar. Los resultados muestran que el estado ha mostrado un desempeño significativo. Muestran que el grupo de edad con mayor participación en la actividad es el de los agricultores entre 45 y 55 años y entre 55 y 65 años, pero que la fuerza joven está presente en este campo. También revelan que aunque el campo, las zonas rurales son predominantemente masculinas, existe una importante participación femenina en este campo.

Palabras clave: Edad; Género; Agricultura familiar; Amazonas.

1. Introdução

A grande heterogeneidade social que caracteriza a chamada agricultura familiar no Brasil, apresenta associação à permanência de restrições no acesso à terra e a recursos produtivos de modo geral. Fatores materiais e imateriais relacionados com identidade social e formas de sociabilidade das famílias rurais se somam aos anteriores, de modo que a agricultura continua sendo o principal fator de identidade e inserção social dessas famílias. A atividade agrícola diversificada de base familiar cumpre, também, papel relevante na

reprodução das comunidades rurais, apesar das expectativas pessimistas, quanto ao futuro dessa atividade, segundo Cazella et al (2009).

O objetivo do presente estudo consiste em apresentar a faixa etária dos agricultores familiares do Amazonas, bem como a participação por gênero com base no Censo Agropecuário de 2017. Constitui-se um desafio fazer abordagens a respeito da agricultura familiar, e bem mais detidamente desafiante é fazer este exercício a respeito da agricultura familiar amazonense.

Visto que um dos principais motivadores das mobilizações de ocupações de terras tem sido o de prover alimento, focar nesta vertente de “quem” está nos bastidores desta produtividade, é algo relevante. Os produtores de alimento no Amazonas atuam em áreas relativamente distintas, dado às particularidades da geografia do estado. Há significativo recorte de áreas tomadas por extensões de rios, lagos, igarapés, dentre outras formas de leitos, que desafiam a mobilidade e o deslocamento.

Desta forma, entende-se que a participação dos atores que labutam na função da agricultura familiar é pertinente, por esse motivo, o interesse por essa questão. A estrutura deste artigo está assim definida, além desta introdução: na seção quadro teórico, faz-se ligeira discussão dos aspectos relacionados a agricultura familiar, bem como de sua cobertura legislativa. Em metodologia, mostra-se a natureza da pesquisa bem como de sua utilização para dar resposta ao objetivo proposto. Os dados obtidos para a discussão são extraídos do Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2. Quadro Teórico

2.1 A agricultura familiar

A importância da natureza para a manutenção da vida e da organização social atual é indiscutível. De acordo com Sachs (2000), as civilizações sempre dependeram da natureza para sua sobrevivência, o que a condiciona como base para o desenvolvimento da sociedade, exigindo desta um esforço que resulta em destruição do ambiente natural.

Segundo Becker (2004) os ambientes naturais mostravam-se em equilíbrio dinâmico até o momento em que as sociedades humanas passaram progressivamente a interferir cada vez mais na exploração dos recursos naturais. Ao passo que a população humana tomou proporções maiores, a oferta de recursos disponíveis para dar manutenção à sobrevivência

desta, de certa forma apresentou-se escassa exigindo a intervenção e interferência humana no sentido de cultivar para a produção de alimentos, de domesticar diversas espécies de animais para a garantia de outras formas de provisão (leite, proteínas e inclusive o comércio destes). Conforme salienta Homma (2004), o início da agricultura, há cerca de 10 mil anos, decorreu da impossibilidade de a coleta de produtos na natureza atender os contingentes populacionais crescentes, e do tempo alocado na coleta.

A agricultura familiar, de uma forma mais específica diz respeito ao uso de pequenas áreas de terra como recurso produtivo, por famílias que dela obtenham as fontes de sustento. Embora pareça uma atividade simples, tem sido uma das mais significativas formas de manutenção e reprodução social e econômica para as populações rurais nas em diversas regiões do planeta, inclusive na Amazônia. Herbelê (2014) esclarece que a agricultura de pequena escala é estratégica pela produção expressiva de alimentos e é decisiva para a segurança alimentar, contribui para a proteção da agrobiodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais, além de fortalecer a economia e cultura local.

Diante do crescimento intenso das cidades e do papel exercido pela urbanização no sentido de atrair quantitativo elevado de pessoas, caracterizado em momentos históricos pelo “êxodo rural”, as áreas rurais se mostraram de importância relevante como provedoras de recursos alimentícios para as cidades, mas não apenas isso: aportes positivos nesta área têm somado para reforçar a atividade desenvolvida pelas famílias na agricultura, como avanços legislativos e a presença maior de Instituições com atividades de extensão e pesquisas voltadas para o desenvolvimento desta atividade e a redução de seu impacto sobre o ambiente em que se insere.

Com base em dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, tem-se que a agricultura familiar respondeu por 9% (R\$ 173,47 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB) total do país, que foi naquele ano de R\$ 1,94 trilhão. O mesmo Censo ressalta que os agricultores familiares são responsáveis por 84,4% dos estabelecimentos do país, ocupam 24,3% da área cultivada e empregam 74,4% da mão de obra do setor agropecuário, o que demonstra sua importância para a economia e a sociedade.

Não obstante, dos avanços decorrentes da valorização da agricultura familiar podem ser considerados fatores imprescindíveis acompanhados por uma visão de sustentabilidade focada na manutenção e conservação dos sistemas naturais. Assim, Martins, Noda e Noda (2013), apontam que políticas públicas de desenvolvimento vêm sendo implementadas na Amazônia com vistas a aumentar os níveis de competitividade dos produtos oriundos da agricultura familiar. Estes modelos, por sua vez, vêm promovendo e sendo praticados em

ambientes modificados, com manejo inadequado dos recursos naturais, podendo comprometer a sustentabilidade dos agrossistemas bem como a reprodução biológica e social das populações locais.

A Amazônia e a agricultura familiar são comumente associadas as áreas de várzeas, aos rios e ao isolamento da floresta. No entanto, a partir do Governo militar nas décadas de 1970 e 1980 com a expansão das rodovias estaduais e federais possibilitou e programas de assentamento (PA) ao longo destas e em suas vicinais atraíram famílias que possibilitaram a ocupação destas áreas, tornando-as abastecedoras dos centros urbanos regionais.

Nestes casos, a proximidade e a facilidade de acesso destes agricultores as sedes municipais e muitas vezes a capital Manaus criam uma dinâmica social e econômica que se difere em muitos aspectos da lógica da Amazônia das águas o que torna necessário o direcionamento de estudos para um maior entendimento desta realidade.

Conforme a Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Moura (2011) considera que existe um problema que não se refere propriamente à Lei, mas sim aos objetivos desta. O principal objetivo da Lei 11.326 consiste em combater as desigualdades e a pobreza rural. Esta afirmação advém do fato de que, em não raros casos, esta se contrapõe ao conceito teórico de agricultura familiar e pode favorecer certos grupos que se encaixem no conceito de agricultura familiar, mas não universaliza o acesso do agricultor familiar.

O combate e a promoção do desenvolvimento econômico de pequenos agricultores, sobretudo, os que se encontram em situação de extrema pobreza, tem grande importância, no entanto não se pode confundir agricultor familiar com agricultor pobre, até porque a equiparação de agricultor familiar com camponês ou pequeno agricultor não reflete a realidade da agricultura familiar, (Moura, 2011).

O acesso à terra, não resolve todos os problemas decorrentes da concentração fundiária, pois após um processo penoso para a obtenção da desapropriação, os trabalhadores

ainda encontram inúmeras dificuldades, dentre elas destacam-se: solos desgastados, áreas com morfologia muito acidentada, ausência ou excesso de chuva, falta de financiamento para projetos, falta de acompanhamento técnico, burocracia para recebimento de crédito rural, serviços de saúde e educação precárias e, inexistência ou precariedade das vias de acesso, asseguram Rocha et al, (2008).

Mattei, (2010), comenta que a maioria dos assentamentos que foram e estão sendo realizados é muito mais fruto da ação direta dos trabalhadores rurais ocupando terras do que o resultado de uma política ativa de governo voltada aos interesses das classes agrárias desfavorecidas do meio rural através de uma intervenção ampla e abrangente sobre a estrutura agrária do país. Dentre as razões que sustentam esta afirmação, destacam-se:

- a política de assentamento dos últimos períodos está direcionada, fundamentalmente, ao processo de regularização fundiária e ao atendimento seletivo das regiões de maior conflito agrário;
- a política agrícola em curso não impede a contínua expulsão de trabalhadores rurais do setor agropecuário, processo este que, numericamente, nas últimas décadas representou a mesma proporção e/ou até mais do que as “famílias assentadas” pelos governos;
- a criação de assentamentos rurais, geralmente em áreas extremamente inóspitas e não acompanhada por uma rede de infraestrutura básica, tem levado muitas iniciativas governamentais ao fracasso;
- o incentivo ao uso do mecanismo de compra, em substituição aos instrumentos constitucionais de desapropriação das terras para fins de reforma agrária, acaba estimulando movimentos especulativos que se expressam através da elevação dos preços das terras em praticamente todas as regiões do país.

Tendo essa realidade como fator determinante, os agricultores veem-se obrigados a intensificar o uso das terras agrícolas com práticas rudimentares, uma vez que não detenham conhecimento técnico adequado para novas formas de cultivo sem grandes agressões ao tipo de solo predominante. As consequências desse uso intensivo podem acarretar problemas sócio-econômico-ambientais diversos, tais como, erosão dos solos, perda de fertilidade, assoreamento de rios, represas, perda de valor das terras, redução da produção agrícola, entre outros, asseguram Rocha et al, (2008).

3. Metodologia

Esta pesquisa tem a natureza exploratória explicativa, a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa de peculiaridades dos produtores da agricultura familiar no Amazonas, tais como: a idade, a situação legal das terras, quantos são em termos de gênero, com base nos dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE.

A pesquisa exploratória compreende fatores que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Nem sempre há a necessidade de formulação de hipóteses nesses estudos. Eles possibilitam aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, criar novas hipóteses e realizar novas pesquisas mais estruturadas. Nesta situação, o planejamento da pesquisa necessita ser flexível o bastante para permitir a análise dos vários aspectos relacionados com o fenômeno, conforme Oliveira (2011) & Selltiz et al (1965).

Malhotra (2001) aponta as seguintes características para este tipo de pesquisa:

- informações definidas ao acaso e o processo de pesquisa flexível e não-estruturado.
- a amostra é pequena e não-representativa e a análise dos dados é qualitativa.
- as constatações são experimentais e o resultado, geralmente, seguido por outras pesquisas exploratórias ou conclusivas.

Nesta mesma ideia Zikmund (2000), comenta que mesmo quando já existem conhecimentos do pesquisador sobre o assunto, a pesquisa exploratória também é útil, pois, normalmente, para um mesmo fato organizacional, pode haver inúmeras explicações alternativas, e sua utilização permitirá ao pesquisador tomar conhecimento, se não de todas, pelo menos de algumas delas.

A pesquisa descritiva, por sua vez, segundo Selltiz (1965), busca descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos. Na fala de Vergara (2000, pg. 76), este tipo de pesquisa expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Para a autora, "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação". Cita como exemplo a pesquisa de opinião.

3.1 O Censo Agropecuário

Importa fazer essas considerações a respeito do Censo Agropecuário, em função da representatividade que este possui para a produção. Boa parte do que se produz por meio da agricultura e da pecuária, abastece as mesas dos brasileiros, dos amazonenses, da população das cidades.

De acordo com o IBGE (2017), um Censo Agropecuário investiga informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas, abrangendo características do produtor e do estabelecimento, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria. Tem como unidade de coleta toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração (produtor ou administrador), independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização, com o objetivo de produção para subsistência ou para venda.

Dado a algumas questões políticas administrativas, algumas das edições foram comprometidas, conforme se observa (IBGE, 2017), pois a periodicidade da pesquisa é quinquenal, porém os levantamentos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015 não foram levados a efeito devido a cortes orçamentários do governo:

- o Censo Agropecuário 1990 não ocorreu; o levantamento de 1995 foi realizado em 1996 junto com a Contagem da População;
- o de 2000 não foi realizado;
- o de 2005 foi a campo em 2007 junto, mais uma vez, com a Contagem da População;
- o de 2010 não foi realizado;
- e o de 2015 foi a campo em 2017. Sua abrangência geográfica é nacional, com resultados divulgados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios.

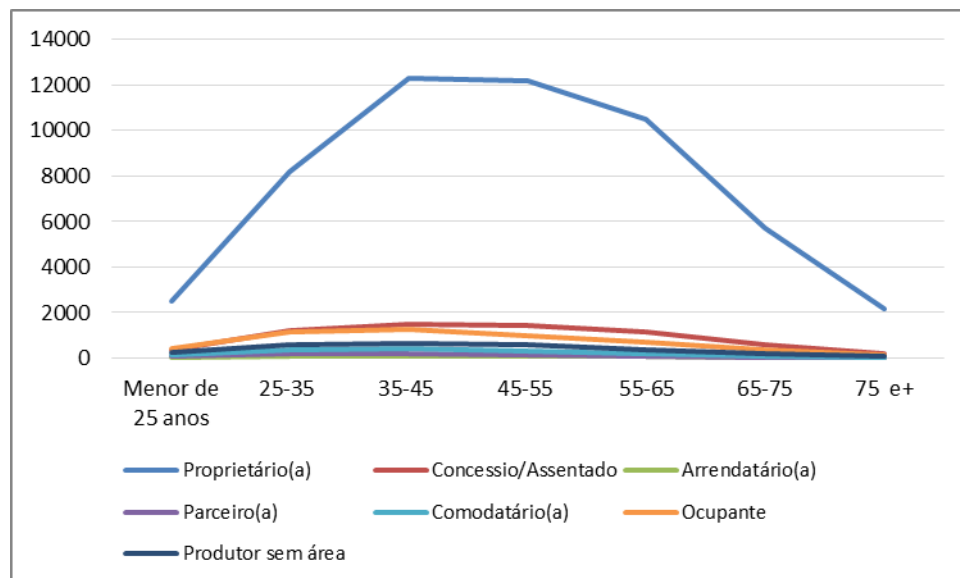
4. Discussão dos Resultados

Nesta seção se faz a discussão dos dados obtidos no intuito de prover resposta ao objetivo de apresentar as peculiaridades relacionadas à agricultura familiar no estado do Amazonas, por meio do Censo Agropecuário de 2017.

Uma das primeiras observadas diz respeito à faixa etária desta população que faz parte do tema. Assim, verifica-se na Figura 1, que para todas as faixas etárias estudadas, a questão “legal” da terra apresenta a maior participação quanto ao “ser proprietário”. Desta forma, nota-se que a maioria dos agricultores familiares no Amazonas, trabalha em terra de sua posse. A segunda categoria, que se refere aos agricultores familiares que estão em concessão ou assentamentos, é também a que ocupa segunda posição no ranking.

Nota-se que a maior presença diz respeito às idades de 35 a 45; 45 a 55 e 55 a 65 anos. Idade de relativo peso de maturidade em termos de experiência laboral ou manejo com a natureza. Não obstante, há significativa participação de agricultores jovens, com um volume acima de 8000 agricultores familiares na faixa etária de 25 a 35 anos. O que mostra que representa um cenário de modificação com possíveis atratividades para a agricultura para a juventude. O trabalho de Abramovay et al (1998), mostra-se que “filho de agricultor, é agricultor”, também. Essa característica – que não se verifica em outras profissões é generalizada internacionalmente.

Figura 1: A idade dos produtores e condição legal das terras no Amazonas.



Fonte: Censo Agropecuário, (2017).

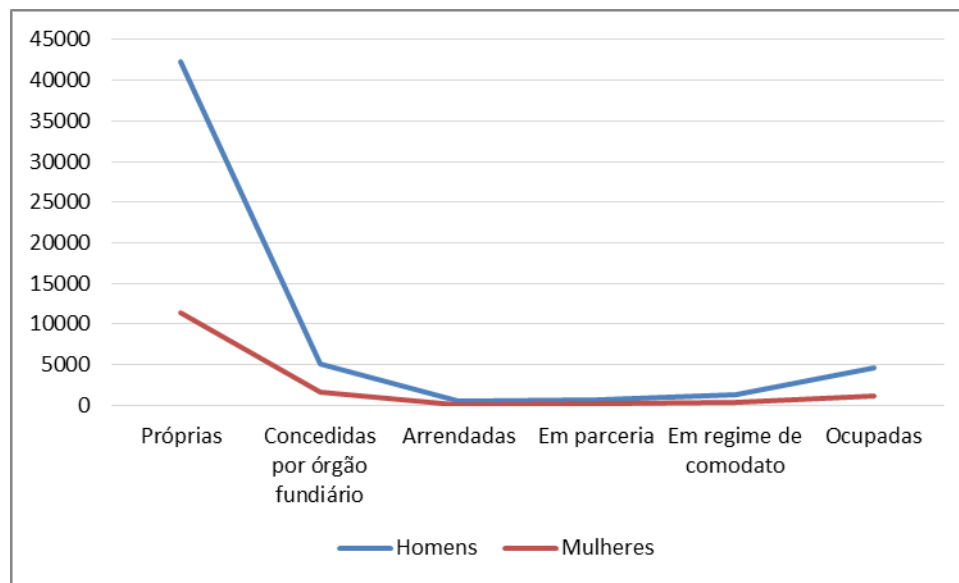
Sobrinho & Moraes (2016) mostram em pesquisa aplicada para jovens em situação de permanência no campo, que os estes desejam permanecer no campo e dar continuidade à propriedade dos pais, mesmo estando ocupados com outras atividades de trabalho e de estudo, mantendo uma relação de identidade com o território.

De acordo com Brumer (2004), os jovens são considerados parte da ajuda familiar, esperando-se que, com a vida adulta, constituam lares independentes. Como parte da ajuda familiar, trabalham como os outros e têm suas necessidades básicas atendidas no mesmo nível que os demais membros da família, mas devem pedir dinheiro aos pais quando pretendem ter alguma atividade de lazer fora do lar ou quando necessitam comprar algum objeto de uso pessoal. Enquanto que os rapazes exercem suas atividades com os pais, participando juntamente com eles ou substituindo-os em algumas de suas responsabilidades, tal como a comercialização, especialmente se feita na estrada ou nos postos de comercialização, as moças exercem suas atividades junto com as mães, acompanhando-as no trabalho produtivo e nos afazeres do lar ou substituindo-as nas tarefas domésticas.

Conforme Meneghetti & Souza (2020), um grupo considerável de agricultores do estado do Amazonas, pela falta de terra ou por deter posse de pouca terra, não consegue estabelecer estratégias de produção suficiente para a família no seu estabelecimento. Buscam, então, fora dele o complemento da produção para autoconsumo e venda de algum excedente para atender às necessidades da família e fazer frente a algumas despesas da propriedade. Temos um percentual elevado de estabelecimentos do Amazonas que estão nesta condição. Em muitos casos, nesta tipologia, ocorre aquilo que a teoria marxista denomina de proletarização, ou seja, a venda de mão de obra. Também ocorre a geração de algum valor econômico através de atividades não agrícolas. Segundo a teoria marxista, a evolução para cima torna o camponês um capitalista ou, para baixo, torna-o um proletário.

Na próxima seção o foco de estudo recai sobre a questão do gênero dos agricultores familiares do Amazonas. Assim verifica-se que os homens são maioria. O campo é eminentemente masculino e uma das possíveis causas, pode estar relacionada à questão da força. Faz-se uso intenso da força física no desempenho das atividades agrícolas.

Figura 2: Sexo do Produto por tipo de propriedade.



Fonte: Censo Agropecuário, (2017).

Nota-se na Figura 2 que o quantitativo de agricultores familiares homens é significativamente maior em relação às mulheres em todos os tipos de propriedades apresentados neste estudo. Questões de diversas podem fazer parte deste fator. Na concepção de Brumer (2004), as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens. Ao mesmo tempo, fatores externos, tais como o tipo de produção agrícola desenvolvida, o caráter intensivo ou extensivo da produção, o tamanho do estabelecimento e as necessidades de mão-de-obra e o grau de desenvolvimento industrial nas proximidades dos estabelecimentos agropecuários, podem criar oportunidades de emprego parcial ou total fora da agricultura, com a manutenção da residência do trabalhador no meio rural. Como essas oportunidades são distintas conforme as regiões ocorrem diferenças regionais no que diz respeito à distribuição da população por idade e sexo. Além disso, modificações na legislação – como o acesso a benefícios da aposentadoria rural e salário-maternidade – podem criar novas condições para a permanência das mulheres no meio rural.

Para Schmitz & Santos (2013), a relação entre o capitalismo e a sociedade patriarcal faz com que, além de administrar a unidade de produção, os homens também sejam os representantes da agricultura familiar em seus órgãos representativos, (sindicatos, cooperativas, associações, etc.) e isto está diretamente ligado à divisão sexual do trabalho nas unidades de produção agrícola, pois como as mulheres são responsáveis pelo trabalho não remunerado e também realizam a maior parte do trabalho que pode ser considerado cotidiano,

estas encontram mais dificuldades que os homens em participar de reuniões, assembleias e de principalmente assumir cargos nas entidades.

Godoi & Aguiar (2018), mostram que uma das desigualdades sociais fortemente presentes na sociedade em geral, e em particular nos “territórios rurais”, é a desigualdade de gênero, o que acaba por se refletir nos espaços institucionais de participação e decisão dos programas voltados aos “territórios rurais”.

5. Considerações Finais

Neste artigo mostramos inicialmente a importância da agricultura familiar no Amazonas, uma vez que desempenha imprescindível papel no sentido de prover os recursos de alimentação que chegam às mesas de todas as famílias no País, mundo a fora e no estado do Amazonas.

Com base no Censo Agropecuário de 2017, fizeram-se considerações focadas na questão da idade dos produtores e condição legal das terras no Amazonas. Verificou-se que as faixas etárias em maiores quantitativos são as correspondentes a 35 a 45; 45 a 55 e 55 a 65 anos. Porém, com o indicativo da continuidade dos pais, há significativa participação de agricultores jovens na faixa etária de 25 a 35 anos. O que mostra que representa um cenário de modificação com possíveis atratividades para a agricultura para a juventude.

Como resultado, tem-se ainda que o campo é eminentemente masculino e uma das possíveis causas, pode estar relacionada à questão da força. Faz-se uso intenso da força física no desempenho das atividades agrícolas. No entanto a participação das mulheres, agricultoras familiares, se faz perceber em todos os tipos de propriedades aqui abordados.

Para trabalhos futuros, tem-se como meta fazer o mapeamento das produtividades pontualmente geradas, no sentido de identificar entre estes agricultores amazonenses, ribeirinhos e de terra firme, qual tipo de aporte técnico e financeiro adequado para a que se torne eficiente a forma de prover suas ofertas de alimento.

Referências

Becker, B. (2004). *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Bertha Koiffman Rio de Janeiro: Garamond.

Brasil. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, p. 1.

Brumer, Anita. (2004). *Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul*. *Revista Estudos Feministas*, 12 (1), 205-227.

Cazella, A. A., Bonnal, P., Maluf, R. (2009). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X. ISBN 978-85-7478-292-8.

Godoi, E. P., & Aguiar V.V. P. (2018). *Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial*. *Cadernos pagu* (52):e185207.

Herbelê, A. L. O. I. (2014). *A agricultura familiar brasileira no contexto mundial*. Embrapa.

Homma, A. K. O. (2004). Do extrativismo à domesticação – 60 anos de história. In: *Amazônia terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. 2ª ed. rev. Aum. – Belém: Banco da Amazônia.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística). (2006). *Censo Agropecuário: Agricultura Familiar: Primeiros Resultados 2006*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística). (2017). *Censo Agropecuário: Agricultura Familiar: Primeiros Resultados*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Texto para discussão. (2017). Brasília: Rio de Janeiro.

Malhotra, N. (2001). *Pesquisa de marketing*. (3a ed.), Porto Alegre: Bookman.

Martins, A. L. U., Noda, S. N. O., & Noda, H. (2013). *Agricultura familiar tradicional no Alto Solimões: uma contribuição à discussão sobre indicadores de sustentabilidade*. In:

Dinâmicas socioambientais na Agricultura Familiar na Amazônia. Organizadores Hiroshi Noda [et al]. – Manaus, AM: Wega.

Mattei, L. F. (2012). *A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país*. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, 20(1).

Oliveira, M. F. (2011) *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração* / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG.

Rocha, G. J., Oliveira, A., Silva Neto, Cícero, R. K., & Lima, E. (2008). *Análise de degradação ambiental no assentamento rural de Santa Helena /PB com auxílio de técnicas e ferramentas de sensoriamento remoto e geoprocessamento*. IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Coleção Ideias Sustentáveis. Organizadora: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96

Schmitz, A. M., Santos, R. A. (2013). *A divisão sexual na agricultura familiar*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis. ISSN 2179-510X.

Selltiz, C., Wrightsman, L. S., & Cook, S. W. (1965). *Métodos de pesquisa das relações sociais*. São Paulo: Herder.

Sobrinho, A. M. M., Moraes, J. G. (2016). *Juventude no campo: o contexto da permanência no sertão do Pajeú*. *Revista Rural & Urbano*, Recife. v. 01(01), 131-135.

Vergara, S. C. (2000). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. (3a ed.), Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

Zikmund, W. G. (2000). *Business research methods*. (5a ed.), Fort Worth, TX: Dryden.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Rúbia Silene Alegre Ferreira – 20%

Rute Holanda Lopes – 20%

Marklea da Cunha Ferst – 10%

Quézia Correa de Oliveira Sampaio – 10%

Rosimeiry Souza da Cruz – 10%

Sanara Macedo Souza – 10%

Sabrina de Oliveira Marques – 10%

Sávio Agostinho Andrade de Oliveira – 10%